



PROJETO DE LEI Nº **861** DE **30** DE **AGOSTO** DE 2023.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 31 / 08 / 2023

1º Secretário

"Dispõe sobre o acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual no âmbito do Sistema Público de Saúde do Estado de Goiás."

Art. 1º Fica estabelecido que as mulheres vítimas de violência sexual, no âmbito do Estado de Goiás, serão atendidas de acordo com o acolhimento instituído por esta Lei, no âmbito do Sistema Público de Saúde.

Art. 2º O acolhimento deve ser pautado pela ética, privacidade e confidencialidade, sendo observadas as seguintes etapas:

I - acolhimento;

II - atendimento clínico, psicológico e social;

III - notificação do caso à autoridade policial competente para instauração de procedimentos cabíveis, inclusive a expedição de medida protetiva em favor da vítima;

IV - solicitação e coleta de exames,

V - continuidade do cuidado.

§ 1º O acolhimento deve ser realizado em local reservado e com direito a um acompanhante escolhido pela vítima.

§ 2º O atendimento clínico será realizado por equipe multidisciplinar, composta por profissionais da psicologia e assistência social, que reunirão as informações sobre os fatos da maneira mais breve e pontual possível, considerando o estado físico e mental da vítima.

§ 3º A notificação do caso deverá ser realizada pelo profissional de saúde que for responsável pelo acolhimento e será dirigida ao órgão de saúde hierarquicamente superior no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) para que este proceda com o registro em banco de dados próprio, observada a garantia ao sigilo destas informações.

§ 4º Nos casos em que durante o acolhimento a vítima promover a identificação de seu agressor, o profissional de saúde responsável deverá promover a comunicação imediata à autoridade policial.



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS

**Wilde
Cambão**
Campeão de emendas do entorno



§ 5º A vítima deverá ter à sua imediata disposição todos os exames clínicos e tratamentos médicos ofertados pelo Sistema Único de Saúde, com o objetivo de diagnosticar e tratar possíveis doenças sexualmente transmissíveis.

§ 6º A vítima, após ter sido submetida à todas as etapas do acolhimento, deverá ser encaminhada para continuidade do cuidado em uma unidade de atenção primária à saúde, ou outro serviço da rede de atenção à saúde conforme a necessidade apresentada.

Art. 3º O acolhimento de que trata esta Lei observará, ainda, as normas exaradas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para garantir sua eficácia e aplicabilidade resguardando sua competência privativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Wilde Cambão
Deputado Estadual

WILDE CAMBÃO
Deputado Estadual
Líder do Governo



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS

Wilde
Cambão
Campeão de emendas do entorno



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa conferir status legal à uma soma de práticas em prol do atendimento das vítimas de violência sexual no âmbito do Estado de Goiás. O tema é de grande relevância e merece total atenção deste Poder Legislativo.

Após análise das políticas públicas implementadas pelo Poder Público percebemos que existem regulamentações internas tanto em âmbito municipal quanto estadual, sendo que todas vêm de encontro com a proposta ora em análise, ainda que possuam caráter infra legal e estejam distribuídas de forma esparsa.

Há também algumas diretrizes exaradas pelo Ministério da Saúde, que corroboram e sob nenhum aspecto são contrariadas por nossa proposta de lei, reafirmando sua pertinência e legalidade.

Importante mencionar que no texto do Projeto de Lei ficaram resguardadas as competências tanto das Secretarias de Estado, quanto da Chefia do Poder Executivo, que as exercerão através de atos normativos próprios, não havendo impedimento para o prosseguimento da proposta.

Ademais, é a própria Constituição Federal no seu art. 24, XII que determina a competência legislativa concorrente para tratar de matérias relativas à saúde.

Partindo deste pressuposto entendemos que se exerce neste projeto regulamentação suplementar da Lei Federal nº 12.845, de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre o mesmo objeto em discussão.

Desta forma, considerando que o Projeto em tela não contraria a legislação federal, concluímos que não há óbice para seu prosseguimento, pois é matéria legal e constitucional.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Wilde Cambão
Deputado Estadual
WILDE CAMBÃO
Deputado Estadual
Líder do Governo



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



PROCESSO LEGISLATIVO 2023001799

Data autuação: 31/08/2023

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. WILDE CAMBÃO

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: **DISPÕE SOBRE O ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.**

Número Projeto: 861 - AL

Data	Lotação	Ação
04/09/2023 às 13:54	Diretoria Parlamentar	Publicado.
04/09/2023 às 13:54	Diretoria Parlamentar	Aprovado preliminarmente em 31/08/2023
04/09/2023 às 13:52	Diretoria Parlamentar	Recebido - Diretoria Parlamentar
31/08/2023 às 17:02	Assessoria Adjunta de Protocolo-Geral	Encaminhado à Diretoria Parlamentar
31/08/2023 às 16:46	Assessoria Adjunta de Protocolo-Geral	Autuado